



SEMINÁRIO ESTADUAL DO PARANÁ



Articulação contra o
Ultraconservadorismo
na Educação



Direitos Humanos



OO fihShO MODO



REDE
ESCOLA
PÚBLICA
E UNIVERSIDADE



Coordenação:

Andressa Pellanda (Coord. Geral/Comitê Diretivo).

Elaboração:**Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação**

Daniel Cara (Coordenador Honorário); Cássia Jane (Instituto Campanha); Bárbara Lopes e Cláudia Bandeira (Ação Educativa); Ana Paula Brandão (ActionAid); Nalu Farenzena, Nelson Cardoso Amaral e Rubens Barbosa de Camargo (Fineduca); Elizabeth Ramos (CCLF); Marina Araujo Braz e Lane Abreu (CEDECA-CE); Guelda Andrade e Roberto Leão (CNTE); Sandra Tinós e Sumika Freitas (Mieib); Luana Pommé e Valter de Jesus Leite (MST); Débora Goulart, Fernando Cássio e Ingrid Ribeiro (REPU); Gilvânia Nascimento e Maria Conceição Lima (Uncme); Josevanda Franco e Vivian Melcop (Undime); Alcir Braga (Região Norte); Cristiane Mainardi (Região Sul); Maria Teresa Avance (Região Sudeste); Mariete Félix (Região Centro-Oeste); Patrícia Maltez dos Santos (Região Nordeste).

GT Plano Nacional de Educação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Alessandro Augusto de Azevedo (Comitê RN), Ana Félix (Comitê RS), Andrea Cassa (Comitê RJ), Andressa Pellanda (Comitê Diretivo, Coord. Geral), Cláudia Bandeira (Comitê Diretivo, Comitê SP), Dielle Perin (Comitê MS), Fábio Hoffman Pereira (Comitê AL), Florisbela Meykencht (Comitê PR), Idevaldo Bodião (Comitê CE), João Paulo Cabrera (Comitê RJ), Letícia Carneiro (Comitê PA), Lucy Teixeira (Comitê RJ), Márcia Carvalho (Comitê RS), Mariete Felix (Comitê Diretivo, Comitê MS), Marina Araujo Braz (Comitê Diretivo, Comitê CE), Nalu Farenzena (Comitê Diretivo, Comitê RS), Pedro Lucas Costa (Comitê DF), Rosemary Nandes (Comitê MS), Sérgio Stoco (Comitê SP), Sumika Freitas (Comitê ES), Thiago Esteves (Comitê RJ).

Incorporação de emendas de entidades parceiras e colaboração de especialistas parceiros

Alimentação Escolar - Observatório da Alimentação Escolar (Mariana Santarelli)

Educação do Campo - Fórum Nacional de Educação do Campo (Antônio Lacerda, Luana Pommé, Mônica Molina e Valter de Jesus Leite)

Educação e Tecnologias - Cátedra Unesco em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum (Priscila Gonsales e Tel Amiel)

Educação em Direitos Humanos - Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (Suiany Zimermann)

Educação Integral e em Tempo Integral - Pesquisadoras Jaqueline Moll (UFRGS), Julia Dietrich (USP) e Raiana Ribeiro (Cidade Escola Aprendiz)

Educação no Sistema Socioeducativo - Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (Marina Araujo Braz)

Enfrentamento às discriminações - Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação

Ensino Médio - Observatório do Ensino Médio (Mônica Ribeiro)

Financiamento - Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Nalu Farenzena, Nelson Cardoso Amaral e Rubens Barbosa de Camargo)

Formação, condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Eduardo Ferreira)

Documentos de referência:

Conae 2024 - https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/CONAE_2024_Documento_Final_29-02_compressed_compressed_1_ok.pdf

NT 2024 da Campanha - https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PNE2025-2035_NTComparativa_PL2614-2024_07_01_vf_ok.pdf

NT 2024 do FNE - https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_De_Analise_FNE.pdf

Lei 13005/2014 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – COMISSÃO ESPECIAL

Presidente: Tábata Amaral - PSB/SP

Relator: Moses Rodrigues -UB/CE

Composição:

Titulares

1- Carol Dartora PT/PR

2- Diego Garcia Rep/PR

3- Zeca Dirceu PT/PR

Suplentes:

1- Tadeu Veneri PT/PR

2- Tião Medeiros PP/PR

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – OBJETIVOS



- Educação Infantil - Objetivos 1 e 2
- Alfabetização - Objetivo 3
- Ensinos Fundamental e Médio - Objetivos 4 e 5
- Educação Integral em Tempo Integral - Objetivo 6
- Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital - Objetivo 7
- Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola - Objetivo 8

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – ESTRUTURA



- Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos - Objetivo 9
- Educação de Jovens, Adultos e Idosos - Objetivo 10
- Educação Profissional e Tecnológica - Objetivos 11 e 12
- Graduação - Objetivos 13 e 14
- Pós-graduação - Objetivo 15
- Profissionais da Educação - Objetivo 16
- Gestão democrática - Objetivo 17
- Financiamento - Objetivo 18

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS

Regime de colaboração, SNE, participação social como princípio da gestão educacional e controle social da educação.

Instituição e regulamentação dos Espaços democráticos da educação: eleição de diretores, Fóruns/FNE e subnacionais, Conselhos, Grêmios estudantis.

Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

Assegurar que o provimento do cargo de diretor/a escolar seja realizado por meio de eleição direta, com efetiva participação da comunidade escolar.

Garantia de avaliação e monitoramento do PNE pela sociedade civil : FNE e subnacionais.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Políticas intersetoriais e de interseccionalidade.

Defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento socioambiental, cultural e econômico.

A superação do racismo e o respeito à diversidade, em todas as suas formas, com inclusão social e educacional.

Garantia do direito humano à liberdade religiosa e a defesa ativa da laicidade de estado em instituições educacionais públicas.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Assegurar a abordagem de temas transversais como cidadania e democracia e a implementação das diretrizes curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais, da Educação em Direitos Humanos e da Educação Ambiental, da educação sexual integral, da Agroecologia e da Educação do Campo, nos termos da Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003; da Lei no 11.645, de 10 de março de 2008; da Resolução CNE/CEB no 1, de 03 abril de 2002; do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; da Resolução CNE/CP no 1, de 30 de maio de 2012; e da Resolução CNE/CP no 2, de 15 de junho de 2012, ambas do Conselho Pleno e da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, respectivamente, assegurando a valorização da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto na legislação vigente, garantindo formação inicial e continuada de professores e gestores escolares para a efetivação dessas diretrizes, além de mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação nas redes de ensino.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Ampliação das metas educacionais.

Ter como padrão de qualidade os indicadores do CAQ e CAQi.

Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade.

Aumento dos recursos para a educação básica e superior com a taxaço de grandes fortunas/bets, recursos do petróleo e minerais, manutenção dos recursos da educação em relação às isenções e desonerações fiscais.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Instituição de um novo Sistema de avaliação da educação básica (fim do SAEB e instituição do Sinaeb).

Fim do ranqueamento educacional.

Instituir vedação legal à terceirização da educação, da gestão e do trabalho dos/das profissionais da educação pública pelos entes federados, em qualquer nível, etapa e modalidade.

Promover a política nacional de desmilitarização de escolas públicas, com promoção do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com recorte ao enfrentamento de racismos, machismos, LGBTQIAPN+fobia, capacitismo, com a garantia do direito humano à memória e à verdade, e com a promoção de campanha educativa nacional pela revisão dos nomes das escolas que enaltecem fatos ou personagens autoritários.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Garantir políticas de equalização para as populações 50% mais pobres, estudantes público da educação especial – PAEE (na perspectiva inclusiva), negras, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, migrantes, ciganas, refugiadas, LGBTQIAPN+, das zonas rurais, e em especial nas regiões Norte e Nordeste, que se encontram em pior situação de desigualdade e vulnerabilidade social, até o final de vigência deste Plano.

Garantia da alfabetização de crianças quilombolas, indígenas, do campo, migrantes, das águas e das florestas, e com deficiência, com a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e as especificidades destas populações, bem como pela formação continuada e acompanhamento da ação docente por meio do suporte aos professores.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Assegurar a oferta pública de educação integrada à formação profissional a jovens e adultos em situação de privação de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas, liberdade assistida, sob supervisão, nos estabelecimentos prisionais de todo o país.

Ampliar a política de oferta da merenda escolar adquirida da agricultura familiar, respeitadas as características culturais de alimentação e as especificidades dos territórios indígenas e quilombolas, de forma a aprimorar os processos de aquisição e a apoiar os produtores locais.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS



Conectividade e tecnologias com regramento às telas, sem a substituição presencial da educação.

Combater ao cibercrime e cyberbullying, a garantir a segurança cibernética e o combate às demais violações dos direitos humanos, e a garantir o emprego de algoritmos antidiscriminatórios em softwares usados na educação e a regulação da inteligência artificial na educação.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS

Valorização dos (as) profissionais da educação básica e superior (concursos públicos, piso salarial, formação, carreira, condições de trabalho e saúde).

Desenvolver programas de proteção de profissionais da educação no exercício do seu ofício, garantindo o respeito à sua dignidade, aos direitos humanos, à liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (LDB, Art 2º, II), tendo como base as normativas curriculares nacionais e a valorização de conhecimentos científicos.

Garantir políticas que promovam a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos/das profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade educacional, tendo como referência projeto de atenção integral à saúde dos/das profissionais da educação, da prevenção à assistência.

PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES - EMENDAS

Criação do 19º objetivo:

Educação Ambiental e Qualidade de Vida

Ampliar a oferta de Educação Ambiental em todas as redes de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.